



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRAL DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA – CIAC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

THAISLÂNIA FERNANDA VIEIRA DE LUCENA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA
PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB**

**CAMPINA GRANDE - PB
2019**

THAISLÂNIA FERNANDA VIEIRA DE LUCENA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA
PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação /Departamento do Curso Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de graduada em Pedagogia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Wanderleia Farias Santos

**CAMPINA GRANDE - PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L935a Lucena, Thaislânia Fernanda Vieira de.
O atendimento educacional especializado em uma escola pública no município de Campina Grande/PB [manuscrito] / Thaislania Fernanda Vieira de Lucena. - 2019.
28 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Wanderleia Farias Santos, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Atendimento educacional especializado. 2. Inclusão escolar. 3. Tecnologia assistiva. I. Título
21. ed. CDD 370.115

THAISLÂNIA FERNANDA VIEIRA DE LUCENA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA
PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do título
de graduada em Pedagogia.

Aprovada em: 04/12/2019

BANCA EXAMINADORA

Wanderléia Farias Santos

Prof^ª. Dr^ª. Wanderléia Farias Santos (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Kátia Farias Antero

Prof^ª. Me. Kátia Farias de Antero
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Eduardo Gomes Onofre

Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, meus pais Fernando e
Maristela, DEDICO.

"Como as aves, pessoas são diferentes em seus vôos,
Mas iguais no direito de voar."
(Judite Hertal)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL	8
2.1 Atendimento Educacional Especializado – AEE	11
2.1.1 Público alvo	12
2.2 Projeto Político Pedagógico (PPP) e o AEE	12
2.3 Formação dos professores para o AEE	14
2.4 Tecnologia assistiva na sala de recurso multifuncional	15
3 PRODUÇÕES DAS CRIANÇAS: DADOS E DISCUSSÕES	18
4 CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS	25

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB

Thaislânia Fernanda Vieira de Lucena ¹

RESUMO

O termo Inclusão escolar e sua prática tem acarretado novos paradigmas para as escolas de ensino regular, oferecer aos alunos com deficiência (física, sensorial, intelectual, múltiplas, TEA e altas habilidades) condições de aprendizagem sem discriminação, como também contribuir no desenvolvimento de suas potencialidades e suas capacidades. Mediante o exposto, o presente trabalho teve como objetivo verificar a rotina e as práticas diárias dos alunos que são atendidos pelo atendimento educacional especializado em uma escola municipal, localizada na cidade de Campina Grande, PB. O presente estudo foi caracterizado por uma pesquisa de abordagem qualitativa, na modalidade de estudo de caso. Os dados foram coletados durante as observações, por meio de registro fotográfico da rotina pedagógica de quatro alunos que são atendidos pelo AEE, entre o período de maio a setembro de 2019. Como referencial teórico utilizamos: Mendes (1995), Alves (2016), Bezerra (2017, dentre outros. Desta forma, foi possível identificar por meio das observações que as tarefas e dinâmicas aplicadas fizeram com que os alunos se desenvolvessem mais, onde tiveram uma participação efetiva, envolvendo expressões de sorrisos, dialogo, dúvidas, questionamentos, entre outros, tornando as atividades bastante prazerosas entre eles. Portanto, podemos concluir que o AEE facilita a inserção do aluno no contexto escolar, mas que ela não é tarefa fácil, porém deve ser visto de maneira prazerosa e desafiadora pelo professor, pois a percepção e dedicação destes profissionais são de suma importância para o desenvolvimento destes alunos.

Palavras-chave: Atendimento educacional especializado. Inclusão escolar. Tecnologia Assistiva.

ABSTRACT

The term School Inclusion and its practice has led to new paradigms for regular schools, offering students with disabilities (physical, sensory, intellectual, multiple, ASD and high skills) learning conditions without discrimination, as well as contributing to the development of their potentialities and their capabilities. Therefore, the present work aimed to verify the routine and daily practices of students who are assisted by specialized educational services in a municipal school, located in Campina Grande, PB. The present study was characterized by a qualitative approach research, in the case study modality. Data were collected during the observations, through photographic record of the pedagogical routine of four students who are attended by the AEE, from May to September 2019. As theoretical reference we used: Mendes (1995), Alves (2016), Bezerra (2017, among others. In this way, it was possible to identify through the observations that the tasks and dynamics applied made the students develop more, where they had an effective participation, involving

expressions of smiles, dialogue, doubts, questions, among others. Therefore, we can conclude that ESA facilitates the insertion of the student in the school context, but it is not an easy task, but it should be seen in a pleasant and challenging way by the teacher, because the perception and The dedication of these professionals is of paramount importance to the development of these students.

Keywords: Specialized educational attendance. School inclusion. Assistive Technology

1 INTRODUÇÃO

Durante muitos séculos as pessoas que tinham algum tipo de deficiência eram visto pela sociedade como algo ruim, um peso, excluídos, segredados ou separados dos demais, imagina frequentar uma escola regular, era algo quase impossível. Entretanto, o tempo foi passando e essas pessoas começaram a ganhar seu espaço em sociedade. Se tratando do Brasil, país esse que vem evoluindo no contexto de inclusão e que passou por um processo longo para chegar até aqui. Com as inovações da política de inclusão, podemos destacar que os avanços expressivos nas leis surgiram para garantir o acesso desses alunos tanto no campo educacional como social, trazendo para eles autonomia e liberdade.

Assim, o nosso trabalho foi dividido em dois capítulos, onde buscamos discorrer a princípio do embasamento teórico para que ao final pudéssemos fundamentar a discussão da nossa pesquisa.

Desta forma, no primeiro capítulo iniciamos com um tópico descrevendo a inclusão escolar no Brasil, com marcos importantes relacionados às conquistas das pessoas com deficiência (física, sensorial, intelectual, múltiplas, TEA e altas habilidades). Trazendo as políticas de inclusão que foram surgindo ao longo do século XX no Brasil.

No tópico dois, traçamos algumas informações sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) enfatizando a importância deste espaço para acolher e auxiliar os alunos em seu processo de ensino e aprendizagem, qual o público alvo do AEE, como também trazer um apoio para o professor da sala regular.

O terceiro tópico foi proposto um estudo sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) em vínculo com o AEE, a função deste documento, com metas e objetivos a serem alcançados pelo AEE, assegurando aos alunos o direito a igualdade de condições em participar de todo o contexto escolar.

No quarto tópico foi sugerido uma discussão sobre a formação do professor para o AEE, trazendo a importância destes profissionais serem especializados e capacitados para atuar nessa função. E por fim, para fechar o primeiro capítulo o quinto tópico tende colaborar com uma discussão sobre as tecnologias assistivas na sala de recurso multifuncional, onde tais recursos surgiram para contribuir e ganham cada vez mais espaço em nossa sociedade, principalmente no contexto escolar facilitando o processo de ensino e aprendizagem dos alunos atendidos pelo AEE.

O segundo capítulo foi destinado a realizarmos as discussões da nossa pesquisa, que procedeu através do embasamento fornecido pela literatura pertinente.

Como embasamento legislativo teve: Brasil, Ministério da Educação, a constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB). Autores como Mendes (1995), Bezzera (2017) Sousa (2011), Kassar (2014) entre outros que colaboraram para a fundamentação deste trabalho.

Durante os últimos quatro anos trabalhando com a educação inclusiva na função de cuidadora, passando pela experiência de conviver com alunos nas mais variadas deficiências e enfrentando desafios para poder inclui-los nas atividades do contexto escolar foi possível perceber que sem apoio não há como fazer um trabalho de qualidade. Desta forma, durante o período que estive na função de cuidadora, pude vivenciar dois contextos, uma escola que propiciava aos alunos atendimento educacional especializado e outra em que o apoio era quase nulo. Sendo assim, surge o interesse por essa problemática, como o AEE tem contribuído para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência (física, sensorial, intelectual, múltiplas, TEA e altas habilidades) esse atendimento realmente surte efeito para esses alunos?

Sendo assim, nosso objetivo geral foi verificar a rotina e as práticas diárias dos alunos durante as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado, Quais metodologias pertinentes foram utilizadas pela professora do AEE para que alcancem resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos que ali estão inseridos, como também acreditamos que esse estudo nos possibilitou conhecer de perto a realidade da inclusão escolar.

A pesquisa realizada é de caráter qualitativo, caracterizada como estudo de caso, onde buscaremos explorar e analisar a rotina e as práticas diárias dos alunos durante o atendimento educacional especializado vale salientar que a pesquisa qualitativa não é demonstrada em números, nela espera averiguar a relação da realidade com o objeto de estudo, e a partir disso obter várias interpretações e análise por parte do pesquisador.

A pesquisa foi realizada numa instituição pública de Educação Básica, localizada na cidade de Campina Grande – PB, com uma amostra de 4 alunos que são atendidos pelo AEE, no período de março a setembro de 2019.

O corpus dessa investigação são as contribuições que o atendimento educacional especializado oferece no processo de ensino e aprendizagem, como também socialização e interação das crianças envolvidas. Para coleta de dados, foi feito o uso de registros fotográficos e observações das atividades realizadas com os recursos disponíveis na sala de recurso multifuncional, para mostrar o envolvimento dos alunos com as atividades propostas. Buscou-se analisar a participação desses alunos com as atividades desenvolvidas tais como: Escrita, desenho, pintura, e colagem, para em seguida, proceder à discussão, através do embasamento fornecido pela literatura pertinente.

2 INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

Antes de discorrermos sobre alguns acontecimentos que marcaram a inclusão escolar, é importante refletirmos sobre o conceito de inclusão. Conforme Blanco (2008 apud BIAGGIO, 2007, p.20), “incluir é acreditar que todos têm o direito de participar ativamente da educação e da sociedade”. Portanto, incluir nada mais é que garantir ao ser humano seu desenvolvimento pleno na sociedade, participação ativa tanto no contexto escolar como social, respeitando as diferenças e colaborando para que seja assegurado os seus direitos.

Segundo Gomes, Poulin e Figueiredo (2010) a atual política de educação especial proposta e utilizada para os sistemas de ensino no Brasil nem sempre

garantiu os direitos dos alunos deficientes. Diante desta afirmação, vale salientar a importância de fazermos uma pequena reflexão, voltando ao passado para que possamos compreender um pouco sobre o processo da educação inclusiva no Brasil. Com isso, ressaltamos que durante muito tempo as pessoas que tinham alguma deficiência eram excluídas da sociedade, sofriam maus tratos, abandonos, essa “exclusão” predominou durante a idade antiga até por volta da idade média. No que se refere ao contexto educacional é fundamental que haja uma institucionalização da educação especial como modalidade de ensino. Diante disso, por volta da segunda metade do século XX mudanças vão começando a surgir, movimentos surgem a favor da aceitação dos deficientes em ambientes menos segregados.

Para Mendes (1995) A igreja católica na idade média tinha um entendimento que, os pais que possuíam filhos deficientes eram merecedores por algum motivo de um castigo, por isso que seus filhos nasciam deficientes. Ou seja, naquela época essas pessoas deveriam viver isoladas da sociedade, pois era consequência da sua própria incapacidade, sendo assim considerada incapaz por toda sua vida, muitas vezes sofriam abandonos e ficavam a mercê de caridade.

Tomemos como ponto de partida para os avanços no que se refere à inclusão o final do século XIX, o autor Mazzotta (2011) destaca duas instituições que surgem nessa época, à fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 (atual instituto Benjamim Constant), e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857 sendo essas as primeiras iniciativas oficiais para atender alunos com deficiência (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos), ambos no Rio de Janeiro. Então podemos observar conforme o autor traz, que ambas as instituições eram voltadas apenas para pessoas com deficiência visual e auditiva, ou seja, ainda havia a exclusão das deficiências físicas e principalmente intelectual. Outro marco histórico surge no início do século XX, mais precisamente em 1945 onde foi criada a instituição para atendimento de pessoas superdotada na sociedade Pestalozzi pela Helena Antipoff, caminhamos mais um pouco, nove anos depois surge a associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), EM 1973 ocorreu a criação do Centro Nacional de Educação Especial, com isso observamos que o século XX veio para mudar o atual quadro da inclusão, foi considerado o marco para as pessoas com deficiência.

Constata-se que as pessoas com deficiência eram avaliadas como fora dos padrões da sociedade e muitas denominações foram utilizados que persistiu até décadas atrás. Os termos que citavam as pessoas deficientes foram vários, desde os desrespeitosos tais como retardados, a pessoa excepcional, pessoas com necessidades educacionais especiais, pessoal especial, que tinham por finalidade esconder a deficiência.

Segundo levantamento bibliográfico, Bezzerra (2017) enfatiza que em específico a partir da década de 1990, a inclusão escolar de alunos com deficiência tem sido intensificada nas escolas regulares de todo o Brasil, entretanto ainda pode ser visto reclamações com a perspectiva da educação inclusiva e como a mesma é gerenciada nos pais. Por mais que tenha havido avanços na educação especial ainda a muito para se alcançar.

Conforme a constituição Federal de 1988 traz em seu documento direito e deveres, a inclusão do deficiente passa a ser em âmbito social como também educacional, logo a escola e a sociedade precisam estar preparada para receber o aluno deficiente. Desta forma, em seu artigo 208 prediz o atendimento educacional

especializado aos alunos com deficiência, que esse atendimento aconteça de preferencia na rede regular de ensino. Assim a mesma estabelece:

- Impedimento de qualquer tipo de discriminação com deficiente;
- Trabalho para deficientes;
- Proteção aos deficientes;
- Integração de pessoas deficientes perante a sociedade, além de um salário mínimo e quando preciso benefícios, com finalidade de arcar com sua própria manutenção;
- Acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como a rede regular de ensino;
- Direito a vida, a segurança, saúde, educação e lazer, salvo de qualquer tipo de negligencia, exploração ou discriminação;
- Direito de ir e vir em locais públicos, garantido a acessibilidade e meios de locomoção apropriada.

Apesar da notória mudança nesse espaço de tempo, apenas em 1990 a 1994 que foram confeccionados três documentos essenciais para a causa das pessoas com deficiência que incidem sobre as políticas públicas:

- Declaração Mundial de Educação para Todos (DMET);
- Declaração de Salamanca;
- Política Nacional de Educação Especial (PNEE) (BRASIL, 2008).

Já em 20 de dezembro de 1996 com a LDB nº 9394/96 em seu capítulo V traz vários artigos relacionados à educação especial, entre eles destacamos a importância de se iniciar a reflexão sobre a reestruturação curricular das escolas com a finalidade de inserção de disciplinas que pudessem ser flexibilizadas e adaptadas para os diferentes tipos de deficiência, ou seja, trazer para os alunos público alvo da educação inclusiva currículo, métodos e recurso pedagógicos a fim de melhorar o bem estar desses alunos na escola, como também a oferta de atendimento educacional especializado.

Em 2008 foi lançado pelo Ministério da Educação (MEC) uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Segundo Brasil (2008) Essa Política visava o aumento do atendimento aos alunos com deficiência na rede pública de ensino e nas salas de aula, ou seja, conforme é apresentado podemos destacar que essa Política veio para que fosse extintas as salas de classes especiais e assegurasse aos alunos com deficiência sua inserção com os demais alunos na sala regular, mas, entretanto esse direito nem sempre é respeitado.

A partir de 17 de setembro de 2008 foi instituído que as escolas regulares deveriam propiciar ao aluno Atendimento Escolar Especializado (AEE) de modo complementar ou suplementar, sendo dentro da escola com a utilização de salas dotadas de recursos multifuncionais ou em instituições filantrópicas e afins, mas em turno inverso ao de estudo regular das crianças, sem este ser substitutivo a educação básica.

2.1 Atendimento Educacional Especializado – AEE

O Atendimento Educacional Especializado surge como forma de melhoria e avanços em função da educação inclusiva no país, a mesma regulamenta as diretrizes estabelecidas pela Constituição Brasileira, para a educação dos alunos da educação especial. Essa política proporcionou uma efetivação de ações ligadas à garantia da aprendizagem desses alunos matriculados nas escolas. Podemos mencionar de forma sucinta que o AEE é uma política pública fundamental para educação especial, que se estabelece dentro da escola como um marco de suporte e apoio ao aluno, ao professor e a sua família, de modo integrado aos demais sujeitos e espaços escolares.

O AEE é uma das novidades trazidas pela Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva. Conforme Brasil (2008, p. 16) “Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas.” Portanto, através desse serviço o aluno com deficiência terá plena participação nas atividades dentro do contexto escolar, vale salientar que as atividades desenvolvidas durante os atendimentos são diferenciadas das realizadas na sala de aula comum.

É importante enfatizar que o AEE é um espaço destinado a acolher o aluno de acordo com as suas necessidades específicas, cabe ao professor responsável por esse serviço favorecer apoio nas suas atividades educacionais. Com isso, ressaltamos que essa modalidade envolve um planejamento estratégico, o objetivo é alcançar a redução da exclusão escolar dos alunos público alvo da educação inclusiva, por meio de adaptações que vão desde por meio de adaptações que vão desde capacitação de recursos humanos e nas ementas curriculares. Nesse contexto, as pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais e múltiplas, antes das práticas de atendimento especializado tinha sua escolarização comprometida em situações comuns de ensino.

O que se espera dos professores que atuem no AEE, sobretudo é explorar os materiais e recursos à disposição enfrentando as dificuldades observadas na realidade e dia-a-dia das escolas, de modo que não basta apenas utilizá-los, deve-se adequar tais ferramentas às necessidades educacionais particulares de cada aluno, seja o recurso mais simples ou sofisticado. Por isso, Giroto, Poker e Omote (2012) definem que a responsabilidade de disseminar na escola, sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação recai sobre o professor, e este deve ser capaz de superar as adversidades que dificultam o acesso à aprendizagem dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

Sabendo da heterogeneidade observada no AEE, em contraste a uma sala de aula regular, verifica-se a importância da formação continuada dos profissionais da área, pois o modo como repassam o conteúdo diferencia entre alunos com deficiências, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação (NOZU e BRUNO, 2013). Por exemplo, para os alunos com deficiência visual, é importante introduzir o estudo para o domínio da linguagem em braile, já para deficientes auditivos, o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Aqueles com deficiências intelectuais a estratégia é passar os conteúdos de acordo com a sua capacidade, permitindo maior interação social e integração em grupo. Por fim, temos os alunos com altas habilidades/superdotação, estimular por meio de programas de suplementação, a fim de potencializar seu notável desempenho intelectual.

Os atendimentos são realizados preferencialmente na sala de recurso multifuncional. Onde os alunos atendidos pela AEE são beneficiados com recursos pedagógicos e de acessibilidade. Vale salientar para que ocorra eficácia no processo de ensino e aprendizagem desses alunos é necessário que cada um tenha um plano de atendimento individualizado, onde o professor responsável pelo AEE elabora junto com os professores da sala regular para que possa traçar metas e objetivos a serem alcançados nos alunos, é importante destacar que a organização dos atendimentos vai de acordo com as necessidades específicas de cada um, como também quais recursos serão necessários para eles. Cada atendimento dura em média 50 minutos, pode ocorrer tanto individual como coletivo, os alunos devem ir a escola no contra turno para que tenham plena participação na sala regular.

2.1.1 Público alvo

O atendimento educacional especializado segundo decreto de nº 6.571/2008 é destinado àqueles alunos que apresentem algum tipo de dificuldade ao longo de seu processo educativo, alguma necessidade educacional específica. É considerado público alvo os alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidade/superdotação.

Alunos com deficiência são aqueles que apresentam limitações de locomoção, postura ou uso das mãos, ou ainda limitação no vigor, vitalidade e agilidade, é importante destacar que as necessidades especiais destes demandam mudanças na configuração escolar por meio de práticas inclusivas, através de uma rede cooperativa em diversas áreas como a educação, saúde e assistência social. Dentre as práticas observadas, a troca de experiências entre os profissionais por meio de debates, permite o desenvolvimento de estratégias em torno do processo de ensino e aprendizagem destes alunos (MELO e PEREIRA, 2013).

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento segundo Sousa (2011), são alunos que apresentam dificuldades nas relações sociais, devido às alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, deste modo, apresentando ainda dificuldades de comunicação e estereotípias motoras, temos como exemplo os autistas, síndrome de Asperger, transtorno desintegrativo da infância;

Alunos com altas habilidade/superdotação são aqueles que apresentam um potencial alto no seu desenvolvimento, ou seja, é aquele aluno que tem um QI elevado, com aptidão para diversas atividades, com talento elevado, seja na arte, no intelectual ou na criatividade.

Diante do que foi citado, observa-se a importância da aplicação, reestruturação e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) com ênfase no Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), por meio de ferramentas e recursos multifuncionais da estrutura escolar e na formação capacitada dos recursos humanos.

2.2 Projeto Político Pedagógico (PPP) e o AEE

O Projeto Político Pedagógico (PPP) segundo Alves e Dantas (2018) trata-se de um documento produzido de forma coletiva, com o intuito de nortear as práticas escolares de maneira organizada, na busca de alternativas para o enfrentamento das dificuldades e superação destas na comunidade escolar. Com isso, esse documento

possibilitará aos alunos novos parâmetros relacionados à qualidade da educação, através do pensamento crítico e reestruturação do ambiente escolar vislumbrando melhorias quanto à inclusão social de todos os indivíduos. Vale salientar, que nem sempre esse documento é acessível a todos que compõe a escola, dificultando então a compreensão e funcionalidade da mesma, como também os objetivos e metas a serem traçados, outro ponto que destacamos é a falta de reelaboração. Levando em consideração a escola campo da pesquisa, pudemos observar que esse documento foi atualizado pela ultima vez em 2015 e não existe interesse por parte da gestão em atualiza-lo.

No que tange o Atendimento Educacional Especializado (AEE), esse deve ser tratado com obrigatoriedade no PPP das escolas públicas de ensino regular de acordo com o Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008 que instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, proporcionando a inserção de alunos especiais, tendo em vista as dimensões da própria escola. Diante disso, Silva e Paulino (2018) enfatiza que o PPP atua como agente definidor dos fundamentos da estrutura escolar, de forma coerente com as proposições de uma educação que engloba as diferenças, assegurando a igualdade de condições para acesso e permanência de todos na escola.

Sendo assim, Silva, Silva e Guimarães (2018) trazem que o estabelecimento de metas e objetivos descritos no PPP direciona as ações para a institucionalização do AEE na escola e, preconiza a avaliação continuada desse atendimento, para adequação e reestruturação de práticas essenciais aos serviços inclusivos ofertados na comunidade escolar e, para isso o gerenciamento e acompanhamento precisam atuar no controle e desenvolvimento de alternativas que proporcionem melhorias no ensino regular.

É importante que as metas e objetivos inseridos no PPP sejam realmente utilizados na pratica, pois não adianta tê-las em um papel e não fundamentas no cotidiano do aluno, pois o bom funcionamento do AEE depende do trabalho coletivo que a comunidade escolar, neste documento também deverá constar os horários estipulado dos alunos, do professor, do preparo de material pedagógico e de acessibilidade, como também o envolvimento de pais, professores da sala regular para que haja uma boa qualidade de ensino para os alunos com deficiência. A matrícula dos alunos no AEE, a articulação entre professores do AEE e sala regular, também são essenciais no PPP, no caso da escola não possuir uma sala de recurso multifuncional o aluno não poderá ser prejudicado, esse serviço deve ser oferecido em outra escola próxima, então o PPP prever varias questões ligadas ao funcionamento do AEE.

Segundo Brasil (2008); Macedo, Carvalho e Pletsch (2011) em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi implementada, documento esse que assegura a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo a todo o nível de ensino atendimento educacional especializado. No entanto, apenas por meio do Decreto nº. 6.571 de 2008 foram instituídas as Diretrizes Operacionais para ao Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que prestarem atendimento educacional especializado. Diante disso, estabeleceu-se que o Atendimento Educacional

Especializado deveria garantir a educação de cada aluno de acordo com suas particularidades e necessidades educacionais especiais.

As políticas instituídas quanto ao AEE impulsionaram investimentos no setor educacional e houve então a criação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), como ferramenta de ensino principal na educação de alunos especiais (PASIAN e MENDES, 2017). Em contrapartida, partindo do pressuposto da nova realidade, notou-se a necessidade da formação continuada e capacitação dos docentes, para que houvesse um preparo no tratamento individual de cada aluno, bem como do uso das ferramentas à sua disposição. Essas salas muito importantes para esses alunos, pois permite que os mesmo sintam-se mais confortável, ocasiona uma liberdade, com diferentes recursos.

2.3 Formação dos professores para o AEE

A universalização da educação básica no Brasil é baseada no discurso internacional e toma como referência reflexões acerca de alguns temas como: preparação da escola de ensino regular e recebimento de alunos especiais; flexibilização e estruturação curricular baseada nas características individuais dos alunos e; capacitação e recursos tecnológicos como ferramentas metodológicas na atuação de professores com vistas às necessidades educacionais especiais. Para Michels (2011) não há centralização entre o AEE e a classe comum, quando consideradas as diferenças na formação continuada ou inicial dos professores.

No entanto, a Resolução CNE/CEB n.02/2001 em seu artigo 18, define as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, estabelece dois tipos de professores aptos a assumir o magistério nesses casos: os “capacitados” e/ou os “especializados” (KASSAR, 2014). No desempenho das suas atribuições esses professores necessitam estar capacitados e especializados quanto ao ensino de alunos especiais, de modo que são considerados quando:

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

- I - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II- flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequadas aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

§ 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para a educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

§ 4º Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (BRASIL, 2001).

Portanto, de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial se espera que o professor que vai atuar no AEE tenha formação específica para essa função, pois ela é uma das finalidades do PPP, esse profissional deve ter graduação, pós-graduação que o certifique a trabalhar nas áreas da educação especial, como também participe de formação continuada para aperfeiçoamento. Geralmente as secretarias de educação dos municípios disponibilizam mensalmente formação afim de melhorar o seu trabalho. Para ROPOLI et al. (2010, p. 28) “a gestão escolar compete implementar ações que garantam a formação das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nas unidades de ensino”. Ou seja, a escola também é responsável pelas iniciativas de palestras e formações, devendo ser ofertadas não só para os professores do AEE, mas também para toda a comunidade escolar que esteja envolvida com a educação inclusiva.

Diante do exposto, Giroto, Poker e Omote (2012) ressaltam a importância do uso de tecnologias assistivas no contexto da sala de recursos multifuncionais, elas apresentam-se com um recurso que proporcionam significativas mudanças na escola, e abrange as possibilidades de experiências por meio de um conjunto de ferramentas tecnológicas no crescimento dos alunos especiais. Para isso a escola deve dispor de uma sala de recursos multifuncionais, que viabilize um atendimento especializado em um espaço físico da escola dotado de mobiliários, materiais, recursos e equipamentos para esse fim.

2.4 Tecnologia assistiva na sala de recurso multifuncional

A Tecnologia Assistiva (TA) vem sendo tratada como referência na inclusão social, tendo em vista que são essenciais para o desenvolvimento de atividades de pessoas com deficiência na realização de suas atividades diárias, como na mobilidade, aprendizagem, comunicação, trabalho e interação com a sociedade (RODRIGUES e ALVES, 2013). Portanto, as TA como são conhecidas surgiram para facilitar a vida dos alunos que tenham alguma deficiência, no que diz respeito à educação é responsabilidade da escola assegurar que eles tenham plena participação nas atividades realizadas no contexto escolar, criando recursos que auxiliem nesse processo.

Sabendo disso, o Governo Federal em consonância com as redes estaduais e municipais de educação, preconizaram a criação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), de forma a promover o ensino especial de qualidade para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O desenvolvimento desse programa tem como intuito principal, suplementar e complementar a escolarização universal no ensino regular das

escolas, assegurando condições de acesso, participação e aprendizagem, mas não como forma substitutiva à escolarização e sim vislumbrando um atendimento educacional especializado (BRASIL, 2007; PASIAN, MENDES e CIA, 2014). Com isso as salas de Recursos são espaços dentro da escola, onde se realiza o atendimento educacional especializado.

As SRM foram denominadas de acordo com as necessidades específicas de cada aluno em Tipo I ou II. A seguir apresentamos algumas informações referentes aos dois tipos de sala:

- As salas de recursos multifuncionais tipo I: são fundamentalmente constituídas de recursos tecnológicos com microcomputadores, fones de ouvido e microfones, impressora a lasers, software de comunicação alternativa, entre outros;
- As salas de recursos multifuncionais tipo II: além de terem em sua constituição recursos das salas Tipo I, apresentam também, recursos específicos para o atendimento de alunos com deficiência visual, a exemplo da impressora Braille, reglete de mesa, máquina de datilografia Braille, soroban, calculadora sonora e software para produção de desenhos gráficos e táteis, entre outros (HUMMEL, 2012).

Nesse sentido, o uso da tecnologia e mediação é imprescindível para o desenvolvimento das funções cognitivas para as pessoas com necessidades especiais, pois se busca que nessas atividades eles desenvolvam também sua autonomia além da construção do conhecimento, ou seja, cabe ao professor inserir no ambiente, atividades capazes de estimular a aprendizagem do aluno.

Na Educação Especial, o uso do computador como ferramenta para o desenvolvimento de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais tem causado importantes avanços no âmbito educacional. O papel do professor também muda nesse contexto, passando de transmissor do conhecimento e dono da verdade absoluta para mediador, que motiva e incentiva os alunos a participarem do processo educativo (Beck, 2007. p.182).

Portanto, ao motivar o seu aluno através das tecnologias assistivas o professor estará abrindo portas para o mesmo possa desenvolver e participar plenamente das atividades dentro do contexto escolar, como também fora dela. A TA é alternativa capaz de resolver as dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiência, pois traz opções capazes de superar essas dificuldades. Daí a importância do professor conhecer a vida do seu aluno, buscar observar suas necessidades, dificuldades e habilidades para que possa selecionar recursos que o auxilie e motive no processo educativo, tais recursos podem ser de baixa a alta tecnologia, que vão desde a adaptação de um simples lápis até a utilização da colmeia no teclado para aqueles alunos com dificuldade na coordenação motora.

Diante do exposto, é importante discorreremos quais são os recursos de baixa e alta tecnologia utilizada nas Salas de Recurso Multifuncional. Listemos a seguir alguns deles:

- Recursos de baixa tecnologia: São aqueles recursos simples que podem ser confeccionados pelo próprio professor do AEE, Onde ele tem que estar atento às necessidades específicas dos seus alunos para que então possa confecciona-lo, por exemplo, alfabeto móvel, adaptador de lápis, entre outros;

- Recursos de alta tecnologia: São aqueles que têm um custo mais alto, que só são solicitados após ser comprovada e avaliada as necessidades específicas do aluno, esses recursos dão mais autonomia a eles e que ajudam a dar respostas positivas para o aluno, exemplo: softwares, computadores, teclados especiais entre outros.

Os recursos de tecnologia assistiva ganha cada vez mais espaço para o campo educacional, por mais que os professores tenham em suas salas esses recursos é importante que saibam utilizar com eficácia, é fundamental ser criativo, sempre inovando e procurando melhores alternativas nesse processo, pois sabemos que é difícil e lento. Ainda sobre as salas de Recursos Multifuncionais devem possuir equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para garantir a oferta do atendimento educacional especializado, conforme listamos na Tabela 1 são alguns materiais.

Tabela 1 - Salas de Recursos Multifuncionais

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS		
EQUIPAMENTOS	MOBILIÁRIOS	MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS
Microcomputadores	Mesa redonda	Material Dourado
Impressora	Cadeiras	Esquema Corporal
Teclado com colméia	Quadro branco	Bandinha Rítmica
Acionador de pressão		Memória de Numerais
Mouse com entrada para acionador		Tapete Alfabético
Lupa eletrônica		Encaixado
		Software Comunicação Alternativa
DVD		Sacolão Criativo Monta Tudo
		Quebra Cabeças - sequência lógica
		Dominó de Associação de Ideias, frases, Animais em Libras.

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2010.

Mediante a demanda da escola, quando é necessário atender alunos com deficiência visual é necessário acréscimos de outros materiais nas salas de Recurso Tecnológico (Tabela 2)

Tabela 2 - Salas de recursos multifuncionais para deficientes visuais

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS PARA DEFICIENTES VISUAIS
Impressora Braille – pequeno porte; Máquina de datilografia Braille; Reglete de Mesa; Punção; Soroban; Guia de Assinatura; Kit de Desenho Geométrico; Calculadora Sonora

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2010.

Neste sentido, conforme havíamos mencionado cabe ao professor buscar alternativas metodológicas e adaptá-las á realidade de cada aluno, sabendo intensificar cada recurso disponível (BECK, 2017). As tecnologias assistivas estão

cada vez mais avançando, e o professor precisa acompanhar esses avanços, não deve apenas limita-se a compreensão do material de tecnologia assistiva, precisa saber fazer um trabalho consciente, ele é um ator importante nesse processo.

3 PRODUÇÕES DAS CRIANÇAS: DADOS E DISCUSSÕES

A sala de Recurso Multifuncional (SRM) utilizada para a pesquisa começou a funcionar em 2009, situada na zona urbana da cidade de Campina Grande-PB, o espaço é pequeno, mas contempla as necessidades específicas dos alunos atendidos nesta instituição. A SRM funciona nos dois turnos, manhã e tarde, atende ao total de 24 alunos, nas mais variadas deficiências.

O aluno no ensino regular com deficiência deve ter condições para seu desenvolvimento e um importante instrumento é a Sala de Recursos Multifuncionais sala esta que assegura ao professor e à escola o suporte necessário para o atendimento destas pessoas (PASIAN, MENDES e CIA, 2014). Na (Figura 1) constatamos a presença de recursos necessários para o desenvolvimento do aluno.

Figura 1 - Sala de Recursos Multifuncionais



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Segundo Alves (2016) na sala de recursos, os alunos com necessidade de atendimento especial pode ser atendidos individualmente ou em grupos, entretanto o número de alunos por professor no atendimento educacional especializado precisa ser definido principalmente de acordo com o caso de cada aluno.

Existem várias atividades que podem ser desenvolvidas pelo professor do AEE neste caso (Figura 2A) a professora estava trabalhando as formas geométricas, utilizando objetos lúdicos. A função desta atividade foi desenvolver nos alunos várias habilidades, tais como, explorar a criatividade, reconhecimento das diferentes formas geométricas, trabalha em equipe, como também reconhecimento das cores. Lembrando que o grupo foi composto por (Autistas e Retardo Mental).

Figura 2 – Atividades: Formas geométricas (A), Aprendendo Adição, e utilizando objetos lúdicos (B)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Com o intuito de tornar a matemática mais fácil e buscar a concentração a professora utilizou na (Figura 2B) um spinner (brinquedo) que foi rotacionado, e no número que parava o brinquedo, o aluno pegou uma tampa correspondente à numeração. Essa brincadeira foi repetida e em seguida realizou a soma dos valores que foram selecionados além de mostra os números correspondentes às horas.

A preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for à mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado (PIAGET, 1984, p. 62).

É notório a importância do professor, pois ele é o responsável por aplicar e criar as tarefas. Foi constatado (Figura 2A) o envolvimento e a motivação das crianças com esse tipo de atividade. Elas utilizaram os objetos para aprender de forma criativa as formas geométricas. No empilhamento das peças, podemos observar a coordenação motora, a forma deles se expressarem além da sua imaginação.

Segundo Ratier (2009), a utilização e visualização de caixas, embalagens cilíndricas, de forma geral objetos tridimensionais estão inseridos no cotidiano das crianças, o que torna a atividade mais prazerosa e mais fácil de ser aprendida.

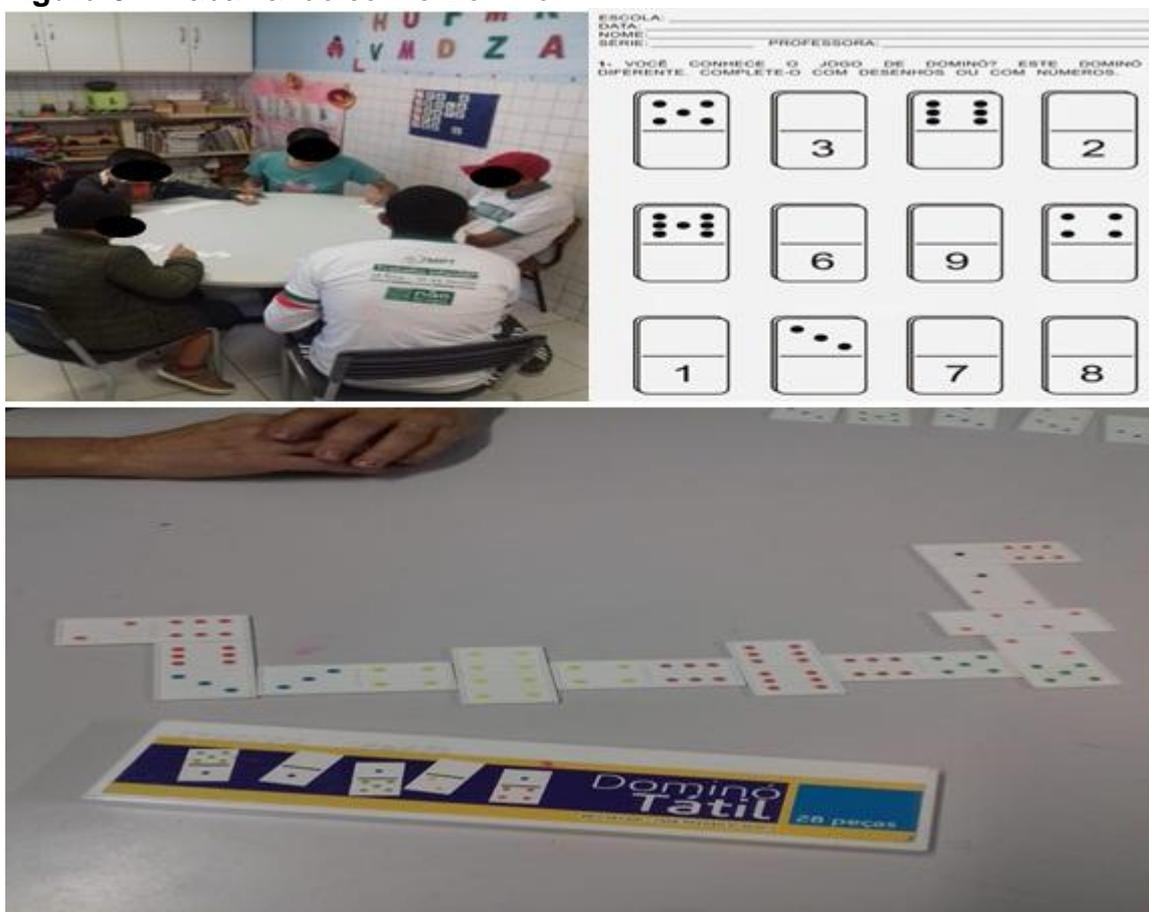
Antes da atividade demonstrada na Figura 3, a professora apresentou aos alunos o Dominó Tátil que é um excelente recurso para eles, pois o jogo permite que os mesmo possam desenvolver o raciocínio lógico, contagem de números, momento de interação e comunicação entre eles.

Nesta atividade ocorreu uma boa interação entre os alunos, perguntas e questionamentos a respeito da funcionalidade do jogo, eles apresentaram ser bastante curiosos e participativos. A professora buscava dialogar de forma clara e objetiva, para que eles pudessem compreender o desenvolver da atividade.

Pudemos perceber que eles gostavam, pois viram o jogo e depois fizeram exercícios, pois esta atividade representavam brinquedos e pode ser constatado que

a atividade proporcionou muito entusiasmo. Em um determinado momento ocorreu conflito por parte de um dos alunos, pois o mesmo não admitia perder o jogo, visto que professora para chamar atenção deles a participar dessa atividade daria um brinde a que ganhasse o jogo, o que denominamos de reforço positivo. No final tudo foi controlado, eles compreenderam a importância da coletividade e prosseguiram participando da atividade.

Figura 3 - Trabalhando com o Dominó



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Freire (2002, p. 52) relata que a finalidade do professor perante o processo de aprendizagem, afirmando que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Mediante esta afirmação podemos indagar que a abordagem lúdica vem auxiliar o professor no processo de aprendizado dos alunos.

Segundo Abrantes (2010) tem por finalidade, trabalhar a ansiedade, concentração; mostrar a questão dos limites, trabalhar a emoção, respeito; proporcionar confiança, estimular a autoestima, oportunidade de errar, acertar, construir, criar, copiar, desenvolver a autonomia, ampliar o raciocínio lógico, exigindo planejamento e estratégias para raciocinar.

No dia da atividade do tapete alfabético (Figura 4A), desenvolvida individualmente, pelo o aluno autista, onde denominamos de aluno 1 para que seja preservado a sua imagem, o mesmo deveria marcar com a bola a letra indicada pela professora. Com a finalidade de trabalhar sua coordenação motora, fixação às letras, como também às cores, visto que atividades com material concreto auxiliam no desenvolvimento significativo do aluno. Foi perceptível o estímulo as noções de

definição de espaço, organização e aprendizado. Inicialmente ocorreu um pouco de dificuldade, porém com o passar do tempo o mesmo foi de maneira divertida realizando a atividade.

Na atividade (Figura 4B) O aluno 2 também autista, estava trabalhando pequenas palavras utilizando jogo educativo no tablet com o auxílio da professora do AEE, onde a mesma buscava incentiva-lo a aprender as famílias silábicas, como também a leitura de palavras simples. Em relação ao desenvolvimento do aluno, a utilização de jogos educativos contribuiu de forma prazerosa, onde o mesmo ao final das observações já estava conseguindo formar pequenas palavras. Vale salientar que o trabalho realizado com esse aluno engloba o trabalho conjunto da professora do AEE e cuidadora.

Figura 4 - Trabalhando com o tapete alfabeto (A), Utilizando o tablet para trabalhar palavras simples (B)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Ao utilizar os jogos como método de ensino é necessário que o professor compreenda esse mecanismo, e utilize esse instrumento de forma a contribuir para o desenvolvimento cognitivo do aluno (CARMO, 2015).

Estamos numa época cada vez mais digital onde as crianças já nascem na convivência diária com as tecnologias. Mediante isso é notável uma maior facilidade na manipulação de aparelhos e como esses prendem sua atenção por um longo tempo. Nesta atividade proposta na sala de recurso, foi trabalhada a letra G (Figura 5) através da contação de história, utilizando fantoche da letra G, onde a professora contou uma história e em seguida colocou um Vídeo no Youtube sobre a letra trabalhada para que pudessem através do visual compreender e fixa-la melhor.

O computador é uma importante ferramenta de tecnologia assistiva, bastante utilizada nos atendimentos do AEE desta unidade escolar, pois facilita o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Os alunos que estão participando desta atividade são autismo e o uso desta tecnologia envolve diferentes aspectos, tais como, visual e auditivo.

Figura 5 – Utilização de recursos tecnológicos



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Segundo Zenardes (2015) a utilização da tecnologia, tais como: acesso à internet utilização de jogos em tablet e computadores ajuda no processo ensino-aprendizagem de crianças com deficiência, pois podem permitir que elas associassem essa atividade vislumbrada na tela com o seu cotidiano, logo o professor pode direcionar as atividades para as áreas em que a criança apresenta maior dificuldade. O computador assim como outras ferramentas favorece a inserção desses alunos no contexto escolar, colaborando para que o mesmo possa alcançar autonomia, e ocasionar mudanças na sua vida. Conforme Carsten (2011, p. 4):

A utilização do computador na educação especial vem demonstrando ser um grande auxílio no processo de ensino-aprendizagem. Uma das formas desta utilização capazes de atender à necessidade de cada ser humano especial e fazendo com que eles se tornem independentes de outras pessoas e capazes de concorrerem ao mercado de trabalho e desenvolverem suas tarefas.

Mesmo no mundo digital que vivemos, com os avanços que surge a cada dia, é importantíssimo para os alunos atividades em folhas de papel (Figura 6), pois neste caso específico podemos trabalhar a coordenação motora, criatividade, como também essas atividades contribuem para que os alunos possam fixar melhor atividades desenvolvidas com material concreto.

Segundo os estudos de Arslan (2014) a educação artística em crianças promove o processo de incorporação e socialização. Ele menciona que, através da utilização de atividades artísticas, ocorre uma elevação da autoestima e o desenvolvimento de características positivas da personalidade, pela participação ativa dessas crianças na vida social.

Figura 6 – Atividades realizadas em folhas de papel



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

As atividades pedagógicas, realizadas com matéria impresso devem vir acompanhadas de imagens para que chame atenção dos alunos. Santos e colaboradores (2016, p.7) relataram em seus estudos que:

Ilustrações como fotos, desenhos, etc., compõe estágios de uma tarefa, para que o aluno siga as instruções e complete a tarefa independentemente. Com essa técnica é possível ensinar como fazer tarefas domésticas.

Conforme mencionado anteriormente às ilustrações é uma das atividades que ajuda o desenvolvimento das pessoas com necessidade especiais. Da mesma forma das demais atividades (Figura 6) as crianças tiveram uma participação efetiva, envolvendo expressões de sorrisos, tornando a atividade bastante prazerosa entre eles.

Com isso, podemos destacar que as atividades desenvolvidas no AEE trouxeram para os alunos melhorias no processo de ensino e aprendizagem, como também socialização e interação. Visto que ao iniciarmos as observações em maio eles apresentavam bastante dificuldade em atividades simples, tais como, relacionar cores, números, letras, como também atividades da vida diária, ir ao banheiro, se vestir, entre outras. Foi visto que o processo é longo e lento, mas que esse serviço do AEE é indispensável. Três dos quatro alunos observados tiveram avanços gratificantes, verificamos também que havia uma flexibilização do plano do AEE. Onde a professora estava sempre atenta aos avanços dos alunos para que pudesse mudar metas e estratégias. Desta forma, vale salientar a importância de respeitar o

ritmo de cada um, pois o desenvolvimento deles acontece individual, por mais que algumas atividades sejam realizadas no coletivo.

Foi possível observar que no momento das atividades realizadas em grupo houve interação e socialização, entretanto, em alguns períodos ocorreram conflitos e discussões entre os alunos, por discordarem ou perderem em algum jogo que estava sendo realizado, mas nada que atrapalhasse o desenvolver das atividades.

A utilização das tecnologias assistivas na sala de recurso dessa unidade escolar foi bastante utilizada, havia uma caixa cheia de recursos que foram criados em consonância com as cuidadoras da escola. Portanto, a rotina e prática diária durante os atendimentos ofertados pelo AEE dessa escola surtiram efeito para que os alunos pudessem avançar no processo de ensino e aprendizagem, como também observamos o carinho que a professora tinha por eles, passando segurança e apoio no que fosse preciso.

4 CONCLUSÃO

O Número de alunos com alguma necessidade específica cresce a cada dia mais, principalmente nas escolas públicas do nosso país. Desta forma, Com as contribuições da fundamentação teórica ficou claro que o Atendimento Educacional Especializado é um importante aliado das escolas que tenha alunos com deficiência (física, sensorial, intelectual, múltiplas, TEA e altas habilidades) esse serviço colabora para que os mesmos sejam realmente inseridos no contexto escolar, como também auxilia o professor da sala regular a fim de promover o pleno desenvolvimento do seu aluno. A oferta do AEE marca a escola, a sua identidade e diferencia-se das outras, pois dará ao aluno possibilidades de inserção na sociedade, seja na adequação de materiais de acessibilidade, quanto pedagógico.

Sendo assim, a realização desta pesquisa foi gratificante, poder observar e registrar algumas atividades que estavam sendo desenvolvidas durante os atendimentos, numa escola municipal da cidade de Campina Grande – PB. Foi possível constatar a importância que o Atendimento Educacional Especializado propicia aos alunos desta instituição em seu processo de ensino e aprendizagem, como também trouxe para eles mais autonomia em suas atividades diárias. A metodologia utilizada pela professora em seus atendimentos trouxe resultados positivos, ela buscava trabalhar de acordo com o ritmo de cada aluno, como também a forma como a mesma ministrava suas aulas trazia interação e aproximação entre os alunos, melhora na comunicação oral, na escrita, coordenação motora e interação dos alunos envolvidos na pesquisa. Vale salientar a contribuição das cuidadoras, nesse processo, pois sabemos que é lento e longo e necessário à colaboração de todos para que ocorra progresso.

Com isso, através das observações e registros fotográficos das práticas diárias ofertadas no AEE, tanto em atividades coletivas como individuais pudemos constatar evoluções na escrita dos seus nomes, reconhecimento de alguns números, foi possível verificar que um dos alunos avançou na leitura, onde já estava pronunciar palavras simples. O progresso desses alunos nos faz refletir que a inclusão é possível, mas para que esse trabalho aconteça deve ser realizados em conjunto, pais, professores, gestores, todos que fazem parte da comunidade escolar. Portanto, defendemos o atendimento, pois a inclusão não acontece apenas pela presença física do aluno na sala regular, mas pela sua plena participação, interação e aprendizado junto com os demais.

Mediante o exposto, verifica-se que as tarefas realizadas no dia a dia promovem a ampliação do conhecimento de mundo e desenvolvimento interpessoal. A manipulação de diferentes técnicas tais como, pintura, jogos, manipulação de objetos 3D e mídia ampliam e ajudam as possibilidades de expressão, comunicação e aprendizado dos alunos com necessidades especiais.

Desta forma, é notória a importância do papel do professor do atendimento educacional especializado para que incentive seus alunos a se desenvolverem ao longo da vida. Além disso, proporcionar condições para que ocorra o acolhimento das mesmas sem discriminação. É importante destacar que cabe a escola e professores identificarem as diferenças dos seus alunos para que possam atendê-los adequadamente, de acordo com as suas necessidades específicas.

A inclusão escolar plena não é uma tarefa fácil, porém deve ser visto de maneira prazerosa e desafiado por todos que compõe a escola, pois a percepção e dedicação destes profissionais são de suma importância para desenvolvimento das pessoas com necessidade especiais e inclusão das mesmas na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, K. **A importância dos jogos didáticos no processo de ensino aprendizagem para deficientes intelectuais**. Campina Grande, 2010.

ALVES, D. O. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2016.

ALVES, J. J.; LIMA, D, M. **As contribuições do projeto político pedagógico para o atendimento educacional especializado**. Anais de Congresso: V CONEDU, p. 1-10, 2018.

ARSLAN, A. A. **A study into the effects of art education on children at the socialisation process**. Procedia - Social and Behavioral Sciences. v.116, p. 4114 – 4118, 2014.

BECK, F. L. **A informática na educação especial: interatividade e representações sociais**. In: Cadernos de Educação, FaE/PPGE/UFPel, n.º28, janeiro/junho, 2007. p.175-196

BEZERRA, G. F. **A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu**. Revista Brasileira de Educação v. 22 p 475-497. n. 69 abr.-jun. 2017.

BIAGGIO, R. **A Inclusão de Crianças com Deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas**. Revista criança: do professor de educação infantil. Brasília, p.20, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: revista da educação especial, Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília, DF. 2010.

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em [http:// portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf). Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007.

CARSTEN, Gilmara. **A utilização do computador na alfabetização do aluno com deficiência intelectual**. Curitiba, p. 4. 2011.

CARMO, E.T. **Importância dos jogos como metodologia da educação inclusiva na escola municipal morro encantado em cavalcante goiás**. 39f. 2015. Monografia (especialização em desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar – UNB/UAB. Brasília-DF.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 22ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOMES, A. L. L. V.; POULIN, J.R.; FIGUEIREDO, R. V. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2010.

GIROTO, C. R. M; POKER, R. B; OMOTE, S. **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.

KASSAR, M. C. M. **A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências**. *Cad. CEDES, Campinas*, v. 34, n. 93, p. 207-224, 2014.

MACEDO, P. C.; CARVALHO, L. T; PLETSCH, M. D. **Atendimento educacional especializado: uma breve análise das atuais políticas de inclusão**. Educação Especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. Editora Edur, Seropédica/RJ, 2011.

MAZZOTTA, M. J. S; D'ANTINO, M. E. F. **Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer**. *Saúde e Sociedade*, v. 20, p. 377-389, 2011.

MELO, F. R. L. V.; PEREIRA, A. P. M. **Inclusão escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 19, n. 1, p. 93-106, 2013.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

MICHELS, M. H. **O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial?**. Revista Educação Especial, v. 24, n. 40, p. 219-232, 2011.

NOZU, W. C. S; BRUNO, M. M. G. **Política de (con) formação de professores para o atendimento educacional especializado: estratégias de governamentalidade neoliberal**. VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, p. 1229-1240, 2013.

PASIAN, M. S; MENDES, E. G; CIA, F. **Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor**. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 165, p. 964-981, 2017.

PASIAN, Mara Silvia; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. **Salas de recursos multifuncionais: Revisão de artigos científicos**. Revista Eletrônica de Educação, v. 8, n. 3, p. 213-225, 2014.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

RATIER, R. **Como apresentar figuras tridimensionais aos pequenos**. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/educacao-infantil/4-a-6-anos/construcao-solida-427370.shtml>. Acesso em 12 de Outubro de 2019.

RODRIGUES, P. R; ALVES, L. R. G. **Tecnologia assistiva-uma revisão do tema**. HOLOS, Ano 29, v. 6, 2013.

ROPOLI, Edilene, et al. **A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. V. 1 Brasília: Ministério da educação, p, 28, 2010.

SANTOS, C. F.; SANTOS, H. C.; SANTANA, M. J.; **O Processo De Aprendizagem De Crianças Autistas**. Disponível em <<https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc12-3.pdf>>. Acesso em 07 de novembro de 2019.

SILVA, A. S; PAULINO, O. M. S. G. **Educação inclusiva, gestão escolar e projeto político pedagógico: interdependências mobilizadas para a promoção da inclusão escolar**. Revista Educação Inclusiva, v. 2, n. 1, p. 80-93, 2018.

SILVA, A. S; SILVA, C. M. F; SOUZA, G. O. M. **O papel da gestão escolar e do projeto político pedagógico na inclusão educacional**. Revista Administração Educacional - CE - UFPE Recife-PE, V.9 N. 2 p. 57-72, jul/dez. 2018.

ZENARDES, C. V.L. **O Tablet na Aprendizagem das Crianças Autistas**. EDUCERE. XII Congresso Nacional de Educação. PUC-Paraná 2015.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir chegar até aqui, ele que sempre me conduziu a nunca desistir dos meus objetivos.

Aos meus pais, Fernando e Maristela, pelo amor incondicional e dedicação, eles que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando a cada momento, como também me ajudaram muito nessa caminhada, o que sou hoje devo absolutamente a eles. Aos meus irmãos Thassio e Thatiane que são minha maior riqueza e exemplo de amor. A minha Vó Alice que sempre acreditou no meu potencial.

Ao meu esposo Kleilton por todo o esforço, apoio e dedicação durante a minha caminhada acadêmica, pela compreensão das minhas ausências nos dias difíceis. Por ser aquele que sempre esteve me ajudando no que fosse preciso, me incentivando a nunca desistir.

As minhas amigas que de curso, Maria Elayne, Suelaine e Shaianny que sempre estiveram me dando força e ajudando no que fosse preciso durante cada trabalho, seminário, prova da universidade. Construímos um laço no qual acredito que ficará guardado em nossos corações.

Aos professores do curso de Pedagogia, campus I, no qual passaram por mim, pois através dos seus ensinamentos permitiu que eu pudesse hoje estar finalizando meu curso.

A minha orientadora Wanderleia Santos pela dedicação e empenho ao longo da escrita deste trabalho, com suas palavras de incentivo e determinação foram cruciais para que eu pudesse finalizá-lo. Uma pessoa humana, de coração solidário, que está sempre a disposição para ajudar seus alunos.

A todos que direta ou indiretamente torceram por mim e contribuíram para que eu alcançasse meus objetivos, como a conclusão do curso de Pedagogia.